



JOSÉ MAURÍCIO DE LIMA NOLASCO

Presidente do Tribunal
de Contas do Estado
do Rio de Janeiro

Nesta edição do segundo volume da Revista Síntese, não poderia deixar de enaltecer a relevância de que se reveste esta publicação para a administração pública em geral e em particular para o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, pois que espelha e consolida o compromisso deste Tribunal de Contas em contribuir para a divulgação do saber técnico-científico e para a estimulação da produção acadêmica, sobre a influência dos valores éticos na pública administração.

Exemplo desse compromisso foi a instituição do concurso de monografias, cujo epíteto rende homenagens ao honorífico Ministro Gama Filho, notável e saudosos educador que acalentava, segundo suas próprias palavras, um sonho: “Educar para o amanhã”; e um desafio: transformar o velho Ginásio Piedade, com apenas cinco salas e 136 alunos, numa universidade: “Sonho com um mundo melhor do que esse. Gostaria de viver tempo bastante para poder

testemunhar uma época em que os caminhos sejam mais fáceis e a compreensão entre os homens mais perfeita”.

A primeira edição do Prêmio Ministro Gama Filho veio dar ensejo aos três artigos que fazem parte desta edição da Revista Síntese, cujos títulos, pela ordem de classificação, são: “Da intenção à ação: Desafios na busca por uma justa distribuição dos ônus e benefícios do processo de urbanização após o Estatuto da Cidade e o Plano Diretor”; “O Estatuto da Cidade e o Plano Diretor: o caso da cidade do Rio de Janeiro”; e “O Plano Diretor como instrumento de controle social”. Oportuno registrar que o amplo sucesso da primeira edição do Prêmio Ministro Gama Filho veio consagrar a postura deste Tribunal de Contas perante a comunidade acadêmica e serviu como estímulo para o relevante e instigante tema que versará a segunda edição: “Auditoria da Ética: nova visão da auditoria governamental na sua contribuição para o controle social”.

Dentro desse contexto de estimular a divulgação do conhecimento, é de ser destacado, também, o lançamento do Prêmio Melhores Práticas, que se direciona à apresentação de relatos de casos práticos que tenham contribuído para uma melhor gestão do dinheiro público nos órgãos municipais jurisdicionados, com o intuito de que seus benefícios possam extrapolar o âmbito de um único órgão e venham a contribuir para a melhoria do setor público, a partir da disseminação de modelos de gestão que retratem um reto compromisso com a utilização dos recursos públicos.

Por tudo isso, tenho a certeza de que o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro está contribuindo, embora modestamente, para a realização de um sonho, daqueles que por vezes poucos perseguem, mas que pelo entusiasmo desses poucos sobrevive e se propaga de geração em geração, fazendo do sonhador um mestre, do sonho, realidade.



José Augusto
de Assumpção
Brito

Diretor-Geral da Escola
de Contas e Gestão -
ECG/TCE

Em continuidade à sua missão de disseminar e incentivar a produção de estudos e pesquisas, técnicas e científicas, relacionadas à gestão pública, a *Síntese - Revista do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro*, apresenta, nesta edição, três artigos referentes aos trabalhos vencedores do Prêmio Ministro Gama Filho, premiação ocorrida em dezembro último.

O primeiro artigo trata do trabalho *Da intenção à ação: desafios na busca por uma justa distribuição dos ônus e benefícios do processo de urbanização após o Estatuto da Cidade e o Plano Diretor*. O estudo analisa o modo como o processo de concentração da população nas cidades colocou a reforma urbana na agenda de discussão da sociedade brasileira. Reflexo dessa demanda, o Estatuto da Cidade estabeleceu normas de ordem pública e de interesse social, com o objetivo de regular o uso da propriedade urbana, em prol do bem coletivo e do equilíbrio ambiental. Desta maneira, muitos municípios elaboraram ou revisaram seus planos diretores buscando mais eficácia no planejamento do território municipal, materializando diretrizes que até então, na maioria das vezes, não haviam se concretizado.

O segundo artigo sintetiza o trabalho *O Estatuto da Cidade e o Plano Diretor: o caso da cidade do Rio de Janeiro*. Trata-se de um estudo que aborda as regras pertinentes ao Plano Diretor estabelecidas na Lei 10.257/01 visando à ordenação do uso do solo urbano e à obrigatória adoção do referido instrumento por parte dos municípios com mais de vinte mil habitantes. Tal compromisso tem produzido repercussões nas cidades com relação aos aspectos sociais, econômicos, políticos e ambientais. Dentre estas, o documento ressalta a grande novidade da lei: a prevalência da função social da propriedade, consubstanciada na supremacia do direito da coletividade sobre o direito individual e o modo como o Estatuto da Cidade e o Plano Diretor contribuem para essa nova realidade ao influenciarem o desenvolvimento e o planejamento urbano futuros.

O terceiro artigo resume o trabalho *O Plano Diretor como instrumento de controle social*. Este trabalho

apresenta as inovações ocorridas no âmbito da formulação e do controle social da política urbana após a Constituição de 1988 e, especialmente, após a instituição do Estatuto da Cidade, entre as quais se destaca a garantia da participação da sociedade civil na elaboração, implementação e avaliação dos objetivos dos planos diretores.

As íntegras dos três trabalhos vencedores da primeira versão do Prêmio Ministro Gama Filho poderão ser obtidas no portal da Escola de Contas e Gestão do TCE-RJ, endereço www.ecg.tce.rj.gov.br.

Apresentamos, ainda, um estudo intitulado *O Controle das Contratações Públicas sob a perspectiva da economicidade: alguns conceitos e procedimentos*. O trabalho aborda aspectos da economicidade nas contratações públicas a partir de mecanismos de controle relacionados à prática da orçamentação.

A *Síntese* traz, por fim, um voto de cada conselheiro do TCE-RJ. Esses votos foram selecionados pelas assessorias técnicas dos conselheiros considerando a originalidade da decisão proposta e os argumentos empregados na análise dos processos que representam uma amostra dos diversos temas analisados pela Corte de Contas.

Esperamos, assim, com esta edição, dar mais um passo para a afirmação da *Síntese - Revista do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro* como importante canal de discussão de idéias e questões relacionadas à administração pública e aos tribunais de contas, bem como para sua consolidação como referencial técnico, doutrinário e crítico.